

Cidade e Espaço / City and Space

(Org. Pinheiro, Magda; Vaz, Cecília), Lisboa: Centro Estudos História Contemporânea Portuguesa,
2014. ISBN: 978-989-98499-9-0

Congresso Anual da Comissão Internacional para a História das Cidades
Tema: (b) Controlo e Planeamento do Espaço Urbano

Título:

Hortas Urbanas em Lisboa: da Importância Histórica ao Processo de Formalização Actual.

Autores:

Teresa Madeira da Silva (ISCTE-IUL / DINÂMIA-CET)

Marianna Monte (ISCTE-IUL / DINÂMIA-CET)

Palavras-chave:

Hortas Urbanas, Informalidade, Planeamento Urbano, Lisboa, Agricultura Urbana.

Resumo:

Propomos apresentar nesta comunicação a história recente das hortas urbanas em Lisboa, incluindo a identificação dos instrumentos que têm vindo a ser empregues para controlar e incorporar as mesmas, no planeamento urbano. A existência de hortas na cidade de Lisboa está presente em toda a sua história, mas desde 2009 observa-se a actuação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de criar novos parques hortícolas, ou conjuntos de hortas urbanas integradas em áreas delimitadas. Tais iniciativas da CML vêm propor melhores condições a situações de cultivo já existentes, em condições precárias e desordenadas. A necessidade de regularização da agricultura urbana e o seu incentivo estão na origem de um conjunto de infra-estruturas de apoio aos cidadãos, tanto, em Lisboa, como em muitas outras cidades. Uma vez que esta atividade surge, sobretudo, de maneira espontânea e em condições precárias, por necessidades económicas, ela ocorre em espaços vazios expectantes ou em espaços entre as infra-estruturas viárias. Por meio de uma revisão bibliográfica, pretendemos, por um lado, apurar as características e benefícios da agricultura urbana, em especial as hortas urbanas na cidade de Lisboa, e por outro, listar as motivações que possam justificar a promoção da agricultura urbana nomeadamente das hortas urbanas. Como conclusão, podemos adiantar que se reconhecem como benefícios da actividade agrícola em meio urbano, o fornecimento de alimentos e rendimentos financeiros para os cidadãos, assim como benefícios sociais, ambientais, económicos e emocionais, daí o interesse das entidades estatais para a sua regulamentação e formalização. Reconhecemos também que ainda é cedo para julgar a eficiências das políticas públicas de reordenamento e promoção das hortas urbanas em Lisboa. Em todo caso, pode ser indicado que as políticas que têm vindo a ser aplicadas são do tipo *top-down*, embora a necessidade e a viabilidade das hortas em território urbano são realidades apontadas pela própria população.

Abstract:

In this paper we present the recent history of urban farms in Lisbon and we identify the instruments that have been employed to control and incorporate them into urban planning. The existence of urban farms in the city of Lisbon is present throughout its history. Since 2009 there is an action of the Lisbon Municipal Council (Câmara Municipal de Lisboa - CML) to create new horticultural parks, or sets of urban farms integrated in defined areas. Such initiatives of the CML come as a response to the precarious conditions and disorganization of the existing urban farms. The need to regularize the urban agriculture and stimulate it, are in the origin of a set of infrastructures to support citizens in Lisbon, as in many other cities. Once this activity the urban agriculture arises, mainly spontaneously and in precarious conditions, driven by economic needs, it takes place in expectant voids or in spaces between the road or rail infrastructure.

Through a literature review, we intend to, on one side, determine the features and benefits of urban agriculture, particularly urban farms in the city of Lisbon, and on the other, list the reasons that might justify the promotion of urban agriculture projects and implementation of urban farms. As a conclusion, we can anticipate that the food supply and financial income for citizens can be recognized as benefits of farming in urban areas, among other social, environmental, economic and emotional benefits, which are the reason why state authorities are interested in their regulation and formalization. We also recognize that it is still early to judge the efficiency of public policies to reshape and promote urban farms in Lisbon. However, it can be indicated that the policies that have been applied are top-down, despite the fact that the necessity and feasibility of farms in urban territory are realities identified by the population itself.

1. Introdução

Atualmente a agricultura urbana está integrada em programas políticos, solicitações comunitárias e discursos de ativistas das mais variadas vertentes. Há, em várias cidades tal como em Lisboa, uma grande divulgação de iniciativas relacionados com a agricultura urbana, seja ela em forma de hortas urbanas, jardins comunitários, hortas verticais e micro-hortas domésticas. As motivações para tais iniciativas são variadas, podendo ser associadas à inclusão social de emigrantes ou minorias étnicas, a medidas como complemento dos rendimentos de famílias desfavorecidas, à sustentabilidade e resiliência urbana e, até a novos estilos de vida. Os locais de implementação de atividades de agricultura urbana também são diversos, desde terrenos privados a áreas marginais de auto estradas, passando por terrenos públicos ou privados expectantes ou pequenos quintais privados. Muitas vezes a agricultura urbana é desenvolvida em espaços apropriados, sem a permissão dos donos ou em espaços públicos. Assim, esta actividade pode caracterizar-se por ilegal ou não.



Figura 1. Hortas urbanas de génese ilegal. Bairro da Liberdade e CRIL, Lisboa, 2012. Fotografias: TMS.

2. Agricultura Urbana - definição

Para nos referirmos às hortas urbanas considera-se fundamental rever o conceito de agricultura urbana explorado por diferentes autores. Segundo Veenhuizen (2006)¹, entende-se por agricultura urbana o cultivo de plantas e a criação de animais para alimentação dentro dos limites ou nos arredores das cidades. Para este autor a agricultura urbana completa a componente rural dos sistemas nacionais de alimentos contribuindo para a sua eficiência, utilizando recursos em contexto urbano (terra, mão-de-obra, lixo orgânico urbano, água), produzindo para os cidadãos urbanos. Esta actividade é fortemente influenciada pelas condições urbanas (políticas públicas, disputa de terras, leis de mercado urbano e preços) e tem impacto no sistema urbano (afetando a segurança alimentar urbana, os níveis

¹ Para explorar o conceito de agricultura urbana usamos como referência vários autores entre eles René van Veenhuizen. Veenhuizen, membro da RUAF Foundation (International Network of Resource Centres on Urban Agriculture and Food security), tem vários trabalhos publicados sobre agricultura urbana. Dentre eles o livro *Cities Farming for the Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities* (2006).

de pobreza, a ecologia e a saúde).²

Já Mougeot (2000)³, afirma que a agricultura urbana é complementar à rural, porque está integrada nos sistemas económico e ecológico urbanos, que podem ser designados como ecossistemas urbanos. Da investigação desenvolvida por Mougeot (2000), o autor refere que não há uma definição consensual sobre a agricultura urbana e defende que isto dificulta os seus estudos. O autor relaciona as diversas características que devem ser incluídas na definição da agricultura urbana, que são: atividades económicas envolvidas, localização, tipos de área onde são implementadas, escala, sistemas de produção, tipos de produtos e destino destes. Um dos aspectos considerados por estes dois autores recai sobre as atividades económicas envolvidas, valorizando as características particulares da relação entre produção, distribuição, processamento e venda dos produtos. Mougeot (2000), refere que a produção, consumo e um possível processamento do produto, ocorrem próximos no espaço e no tempo, e portanto, a agricultura urbana viabiliza menor custos em relação ao transporte sendo, no entanto, uma economia que não se baseia na escala de produção a nível nacional, mas antes na produção de pequena escala. No que diz respeito a localização, Veenhuizen (2006) diz que a agricultura urbana localiza-se dentro ou nas franjas das cidades. Mougeot (2000) coloca a importância de definir tais termos acrescentando conceitos complementares tais como: espaço urbano, espaços peri-urbanos e intra-urbanos. Viljoen, Bohn & Howe⁴ referem que a agricultura urbana pode ter lugar em qualquer espaço, como por exemplo espaços verdes, parques ou taludes junto aos sistemas viários, sejam eles grandes ou pequenos e das mais variadas topografias. Sobre a agricultura peri-urbana, os autores dizem que esta em geral ocupa maiores dimensões e que ocorre nas franjas das cidades, entre o rural e o urbano, ou em áreas suburbanas de baixa densidade.

² Tradução nossa (In Veenhuizen, 2006:2).

³ Mougeot é membro do *International Development Research Centre – Canadá*, é especialista em agricultura urbana, liderou programas sobre agricultura urbana e gestão do meio ambiente urbano e publicou vários trabalhos, entre eles destaca-se o artigo *Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks* (2000) e o livro *AGROPOLIS, the social, political, and environmental dimensions of urban agriculture* (2005).

⁴ Outra referência usada foi o livro *CPULs, Continuous Productive Urban Landscape - Design Urban Agriculture for Sustainable Cities* de André Viljoen, Katrin Bohn e Joe Howe. O livro é transdisciplinar e tendo contributos de investigadores de diversas áreas, faz a ligação entre a agricultura urbana e o desenho urbano sustentável.

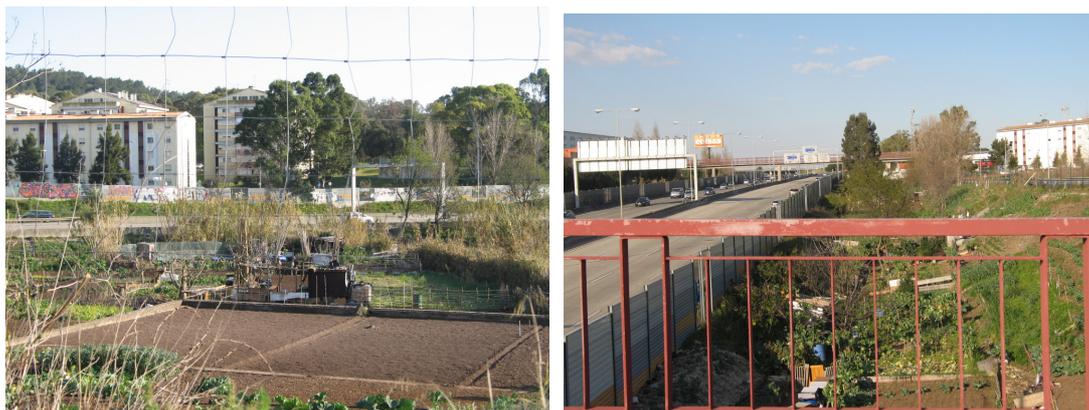


Figura 2. Hortas urbanas de gênese ilegal, IC17, CRIL – Lisboa, 2012. Fotografias: TMS.

Sobre os tipos de áreas Mougeot (2000), refere que existe uma grande variedade de definições, já que cada autor usa diferentes critérios como referência, como por exemplo a proximidade da residência do produtor ou hortelão, a categoria do uso do solo, a área e o tipo de propriedade do terreno. A escala e os sistemas de produção são fatores que Mougeot (2000) descreve como componentes da agricultura urbana, enfatizando o auto-consumo e a venda. Assim, desde as atividades exercidas por uma família para consumo próprio, até às exercidas pelas multinacionais podem ser incluídas neste conceito. Também Veenhuizen (2006) admite que a agricultura urbana apresenta uma variedade de sistemas de produção, que podem ir, desde a produção para subsistência, até à produção feita totalmente para comercialização. Porém acrescenta que de uma maneira geral a agricultura urbana apresenta um baixo grau de organização, usando os recursos urbanos que estão próximos, como por exemplo resíduos orgânicos para compostagem e águas residuais para irrigação.

3. Agricultura Urbana – contexto histórico

É aceite que a cidade nasceu da agricultura. A alimentação é uma necessidade básica dos seres humanos que ao longo da história foi garantida pela agricultura que se devolia dentro das cidades ou na sua envolvente. Com a revolução industrial, o crescimento das cidades e o desenvolvimento dos meios de transporte substituiu, em certa medida, a agricultura de proximidade pelos mercados de alimentos. A agricultura só permanece ao longo da evolução urbana nas cidades, porque sofreu adaptações feitas pelos cidadãos de acordo com a mudança das cidades e as suas regras. (Veenhuizen, 2006).



Figura 3. Antigas quintas em Lisboa – Quinta da Charca. Planta Topográfica |Silva Pinto – Lisboa, 1910. In https://www.google.pt/search?rlz=1T4ADFA_enPT_QuintaDaCharca-PlantaTopograficaSilvaPinto-Lisboa1910%252B

De um ponto de vista histórico, a agricultura urbana sempre foi vista como uma solução em momentos de crise, sejam elas crises económicas, ou crises temporárias decorrentes de desastres naturais, guerras ou epidemias (Veenhuizen, 2006). Em contexto de crise económica a produção agrícola para auto-consumo pode ajudar a economia familiar. Nalguns casos de desastres naturais, pode garantir-se parte da alimentação da população. Antes da revolução industrial com a falta de um sistema de transporte e de preservação do alimento eficientes, a produção de alimentos tinha que ser feita nas adjacências dos espaços habitados. A coexistência entre espaços habitados e de produção de alimentos se deu até que, as consequências da revolução industrial empurrou a agricultura para fora das cidades. A garantia de emprego nas indústrias, a maior ocupação do solo urbano, as melhorias nos meios de transporte e na conservação de alimentos diminuí o interesse pelas práticas agrícolas dentro das cidades. Posteriormente a poluição dos rios pelos resíduos industriais e dos aglomerados urbanos influenciou no abandono das atividades agrícolas nas cidades. (Matos, 2010)

Contudo, em períodos de crise (guerras, depressões económicas, ondas de desemprego) observa-se uma volta à produção de alimento dentro das cidades. (Matos, 2010) Nestes momentos as hortas urbanas revelam o seu valor estratégico na garantia de alimento, necessidade básica dos seres humanos. Na Europa durante a segunda guerra mundial, jardins privados e parques transformam-se em hortas urbanas para garantir alimentos (Sierra, 2003). Porém, no pós-guerra com a crescente prosperidade económica e a garantia de empregos, a produção de alimentos dentro das cidades deixa de ter uma importância estratégica (Viljoen, Bohn & Howe, 2005).

Nas palavras do Arquiteto Ribeiro Telles (defensor das hortas urbanas em Lisboa), o espaço urbano permaneceu ao longo da sua história ligado ao espaço rural e, deste modo, a integração da

ruralidade no interior da cidade deve-se sobretudo por razões históricas e culturais. Na linha da escola de arquitetura paisagista de Francisco Caldeira Cabral /Ribeiro Telles e mais recentemente João Gomes da Silva, a ruralidade faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem. Segundo Sandra Xavier, Ribeiro Telles defende a integração da ruralidade no interior da cidade sobretudo por razões históricas e culturais. Segundo a mesma autora e seguindo o pensamento de Ribeiro Telles, “o espaço urbano permaneceu ao longo da sua história ligado ao espaço rural. A ruralidade faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem. A identidade ou, se quisermos, o *genius loci* de cidades como Lisboa assenta nas suas características rurais. Para Ribeiro Telles, a base da portugalidade encontra-se no mundo rural. E por isso a ruralidade deve continuar presente no espaço urbano. Esta preocupação em manter a identidade e a cultura de cada lugar e, em particular, do território português é herdada de Francisco Caldeira Cabral, fundador da arquitectura paisagista em Portugal.” (Xavier S. 2007, 170).

3. Agricultura Urbana - Motivações

Os motivos que levam a implantação e a prática da agricultura urbana podem ser vários, estando relacionados com aspectos de ordem social, ou com a questão da saúde, lazer, economia ou a ecologia.

No que diz respeito às motivações sociais, a agricultura urbana pode ser responsável pela inclusão social de minorias étnicas ou de grupos desfavorecidos, no sentido da integração comunitária e diminuição da pobreza urbana. Do ponto de vista sócio económico, a agricultura urbana pode significar a diminuição da pobreza urbana e desenvolvimento da economia local (Veenhuizen, 2006). Quando a agricultura urbana é praticada por famílias menos favorecidas, estas podem aumentar o rendimento familiar, através da alimentação ou da diminuição dos gastos com esta ou através do incremento de rendimentos com a venda dos alimentos produzidos. Segundo Veenhuizen (2006), as políticas públicas podem apostar na agricultura urbana como promotor da diminuição da pobreza urbana. Em muitos países não há oferta de trabalho formal para toda a população e, nestes casos, as práticas agrícolas dentro do espaço urbano podem contribuir, para gerar rendimentos. Por outro lado, a agricultura urbana também pode contribuir para a renovação da cidade e oferecer espaços de lazer e recreação para os cidadãos (Veenhuizen, 2006).

No que se refere às motivações económicas, podemos referir várias vantagens. Tal atividade pode ajudar a auto-sustentabilidade e resiliência urbana, já que através da agricultura urbana os alimentos são produzidos na cidade pelos cidadãos e para cidadãos (Gonzales Novo e Murphy, 2000). A agricultura urbana pode beneficiar da sua localização pelo facto de se encontrar próximo dos consumidores diminuindo os seus custos. Por outro lado, o uso de lixo orgânico urbano para a compostagem e conseqüente produção de adubo para o solo pode constituir uma vantagem. A

utilização de águas residuais para a irrigação e a diminuição dos custos de transporte são outros factores que decorrem da proximidade entre produtor e consumidor (Veenhuizen, 2006).

A agricultura urbana pode também ser motivada pelo seu carácter ecológico, uma vez que, por um lado, pode contribuir para a biodiversidade da paisagem urbana e, por outro, como base para a educação ambiental da população urbana (Veenhuizen, 2006). Smit (2001) diz que a agricultura urbana contribui para a biodiversidade, uma vez que numa pequena área cultiva-se diferentes alimentos utilizando poucos elementos tóxicos para a agricultura. No mesmo sentido Smit (2001), afirma que a agricultura urbana diminui o circuito nutrientes-energia, porque utiliza dejetos orgânicos locais para ajudar a produção de alimentos para a população local. O autor coloca ainda a agricultura urbana como grande agente para a sustentabilidade urbana, pois pode colaborar com esta de várias maneiras: ou viabilizando a devolução do carbono ao solo, ou auxiliando na conservação dos recursos hídricos, uma vez que garante a permeabilidade do solo. Por outro lado, a reciclagem do lixo orgânico através do uso do adubo, tanto através, da alimentação de animais, como pela, proximidade entre o local de produção e o de consumo contribuem para a diminuição da poluição no transporte dos alimentos e reduz o número de embalagens utilizadas no transporte e armazenamento.

Veenhuizen e Smit concordam que as políticas públicas podem promover a agricultura urbana como auxiliar no manejo dos recursos e resíduos urbanos. Veenhuizen (2006) defende que a agricultura urbana pode diminuir o problema do lixo, através da sua conversão num recurso produtivo como seja a compostagem, a vermicultura e a irrigação com água residual. O autor também alerta para o impacto da agricultura urbana na paisagem da cidade, tornando-a mais verde, o que contribui para o melhoramento do micro-clima urbano, já que pode promover a quebra de correntes de vento e o sombreamento. Por outro lado ainda, segundo Veenhuizen (2006), a agricultura urbana pode ser implementada no planeamento urbano a fim de limitar a expansão urbana. Podem ser criadas áreas de transição entre o espaço urbano e o rural através da agricultura urbana e peri-urbana, criando obstáculos para a expansão das cidades. Neste sentido Viljoen, Bohn & Howe (2005) defendem o conceito de agricultura urbana e peri-urbana com o conceito de paisagem urbana contínua e produtiva (*Continuos Productive Urban Landscape – CPULs*). O principal ponto dentro do conceito de CPULs é a criação de uma rede de espaços abertos multi-funcionais, onde a agricultura urbana complementa e dá suporte ao espaço construído.

4. Polivalência da Agricultura Urbana

Os objetivos da agricultura urbana diferem consoante ao interesse dos atores envolvidos. Se por um lado, alguns membros das famílias de hortelãos estão interessados em garantir a produção de alimentos para consumo próprio, outros podem sentir-se mais incentivados à prática agrícola pelo rendimento que esta pode gerar. Também o poder público pode estar interessado no contributo que a

agricultura urbana pode significar na sustentabilidade e resiliência urbana, no sentido de contribuir para a alimentação da população urbana, ou para programas de lazer ou ligados à inserção social das populações mais segregadas.



Figura 4. Hortas urbanas, IC17, CRIL – Lisboa, 2012. Fotografias: TMS.

As diversas vantagens da agricultura urbana têm sido amplamente divulgadas por investigadores e ativistas de diversos movimentos, contribuindo para o interesse de políticos e urbanistas ligados ao poder local. A agricultura urbana é uma atividade que muitas vezes se dá de maneira espontânea com um carácter temporário, em terrenos vazios, motivada pela necessidade de alimentação, de gerar rendimento ou, simplesmente, com fins ligados a actividades de lazer. Neste sentido, acaba por tornar-se intermediária para o alcance de vários objetivos no espaço urbano, como por exemplo o uso do meio ambiente urbano e a diminuição da pobreza urbana e da insegurança, uma vez que envolve diferentes actores. (Veenhuizen, 2006).

Devido ao rápido crescimento urbano e a falta de ofertas de trabalho, o sector informal cresce nas cidades e entre as atividades que fazem parte deste setor encontram-se algumas formas de agricultura urbana. Estas dinâmicas, dadas as suas (potencialidades e funções múltiplas, acabam por despertar o interesse dos investigadores, de certas organizações e do poder público. Assim organizações não governamentais, poderes públicos e hortelões passam a colaborar para promover a agricultura urbana e aumentar seus benefícios e reduzir riscos. (Veenhuizen, 2006).

Zeeuw, Gründel & Waibel (2000), alertam para o facto de, as políticas públicas de promoção ou de intervenção na agricultura urbana, dever ser feita através de um planeamento urbano específico para cada contexto levando em consideração os objetivos que querem ser atingidos e analisando as condições locais e possíveis impactos sobre o ambiente e comunidade. Os autores sugerem que os projetos de implantação de agricultura urbana ou intervenção, sejam feitos através de um processo de planeamento participativo com o conjunto de interessados desde o diagnóstico. Tais projetos necessitam do total apoio e interesse da população local, uma vez que essa será a responsável pela manutenção das hortas. Desta forma os processos participativos são essenciais para o sucesso do

projeto. Ribeiro Telles também reconhece as vantagens oferecidas pela agricultura urbana e defende que estas devem fazer parte de um sistema de espaços verdes nas cidades. “A presença da natureza na cidade torna-se absolutamente necessária e pensa-se concretizá-la através de corredores verdes, construídos por diferentes ocorrências: jardins públicos, hortas, relvados e prados, árvores, flores, matas e ribeiros.” (Ribeiro Telles, 1996). O mesmo autor defende a agricultura urbana com o intuito de recriar a ruralidade dentro das cidades. O autor afirma que os cidadãos não querem apenas espaços verdes urbanos para contemplação, mas sim espaços onde tenham a possibilidade de trabalhar com a terra (Ribeiro Telles, 1996).

5. Hortas Urbanas

Dentro da variedade tipológica e espacial, apresentada pela agricultura urbana, estão as hortas urbanas, que podem ser vistas como principal tipologia de agricultura urbana e que se destaca pela importância em aspectos económicos, ecológicos, social e de lazer (Matos, 2010). As hortas urbanas são definidas pelo cultivo de alimentos dentro do espaço urbano. Em geral os hortelões buscam nas hortas urbanas um complemento para o rendimento familiar ou lazer. Os alimentos cultivados são produzidos para o consumo familiar, comunitário ou a venda e as mesmas são implantadas em pequenas parcelas privadas, em espaço público ou em terrenos privados e livres de edificações.

Segundo Cook, Lee & Perez-Vasques (2005), as hortas urbanas podem trazer benefícios sociais, ambientais, humanos, económicos e emocionais. Matos (2010) completa o raciocínio sobre os benefícios das hortas, quando aponta que as hortas urbanas apresentam flexibilidade e capacidade de adaptar-se as mudanças de exigências da comunidade. A autora acrescenta que as hortas urbanas podem contribuir para o desenvolvimento comunitário gerando participação social e regeneração urbana. Se as hortas urbanas podem gerar uma série de benefícios e se são flexíveis e adaptáveis as necessidades comunitárias, elas podem sempre influenciar na melhoria da qualidade de vida. As hortas podem começar como auxílio económico para famílias desfavorecidas numa fase de desemprego. Com o passar do tempo, quando o mercado volte a absorver a população inativa, as hortas podem se transformar em área de lazer comunitária e fonte de educação ambiental. As hortas urbanas podem ser vistas como uma herança do passado que resistem ao mercado imobiliário, apresentam-se como enclaves de paisagem residuais do ponto de vista funcional e morfológico, que podem garantir espaços de convivência, auxílio económico e alimentação para os cidadãos (Pinto, 2007).

6. Movimentos pró Hortas Urbanas

As motivações, para a implantação das hortas urbanas, podem ser várias, mas algumas acabam por formar movimentos urbanos pró hortas urbanas. Estes movimentos podem ter diferentes caracteres, como por exemplo, social (inclusão de minorias étnicas), ecológico (desenvolvimento

sustentável), para a saúde (consumo de alimentos frescos) e económicos (gerar rendimentos para desempregados). Destacam-se aqui alguns desses movimentos, como o Farm to Table e Green Guerrilla. O Farm to Table promove laços comerciais entre agricultores e consumidores locais, incentivando a manutenção e a criação de espaços de produção agrícola e contribuindo para a redução dos custos ambientais do transporte de alimentos e para o consumo de alimentos frescos (Matos, 2010). Green Guerrilha foi um movimento que nasceu em Nova Iorque na década de 70, como consequência da falta de investimento do governo no espaço público urbano e nos problemas sociais. Assim, grupos comunitários apropriaram-se de terrenos vazios e ocupados pelo tráfico e consumo de drogas ou usados como depósito de lixo, promovendo a limpeza dos terrenos e reconversão em jardins ou hortas comunitárias. Esses grupos que reivindicavam espaços verdes comunitários e protestavam contra a negligência política, acabam por ser fortalecidos pelo apoio de grupos de ativistas. Juntos, ativistas e grupos comunitários promovem ações para transformar áreas abandonadas ou terrenos vazios em áreas verdes, usando, para esse efeito, o que chamam de “bombas de sementes” ou “curativos-verdes”⁵. Estas bolas, compostas de argila sementes e água eram atiradas nos terrenos vazios, que se encontravam isolados, com o objetivo de fazer brotar plantas e transformar os espaços em jardins ou hortas. (Zukin, 2010) Tais iniciativas melhoram a imagem dos bairros, criam espaços verdes que podem ser usados pela comunidade, diminuem a insegurança no espaço público fazendo diminuir o vandalismo nesses mesmos espaços. Actualmente vários grupos ainda, continuam a usar as técnicas do Green Guerrilha para criar áreas verdes, hortas comunitárias ou jardins em várias partes do mundo.

7. Tipologia das Hortas Urbanas

De uma forma geral e com base nos benefícios que espera-se alcançar através das hortas urbanas, estas podem ser divididas de acordo com uma tipologia em hortas sociais, hortas de recreio e hortas pedagógicas. Hortas sociais atendem as necessidades alimentares de famílias de poucos recursos, a produção é consumida pela família, podendo eventualmente ser vendida para complementar o rendimento familiar (Lobato Simões, 2011). Esta tipologia de horta também pode ser empregada para motivar o convívio e a interação social (Pinto, 2007). Como exemplo desta categoria pode-se ressaltar dois casos, um da cidade de Nova Iorque e outro de Lisboa. Zukin (2010) diz que os jardins e hortas urbanas em Nova Iorque entre as décadas de 70 e 90 foram essenciais para imigrantes da América Latina e Ásia criarem raízes no novo local e sentir que faziam parte da nova comunidade. Na cidade de Lisboa no final da década de 80, Ribeiro Telles (1996) verificou que 3000 famílias lisboetas passariam fome se não fosse a produção das suas hortas. Estas famílias abastecem-se de

⁵ As “bombas de semente” ou “curativos verdes”, em inglês *seed bombs* e *green-aids*, são uma mistura de argila, sementes e água, que formam uma pequena bola.

alimentos e garantiam algum rendimento, sobretudo com a venda de crisântemo no dia de finados e manjericos no mês dos santos populares. As hortas de recreio são para o lazer dos utentes, podendo também ser fonte alternativa de alimentos para as famílias envolvidas e para comunidade (Lobato Simões, 2011). Já as hortas pedagógicas são um instrumento de educação ambiental (Saraiva, 2005). Tais hortas podem promover o contacto com a terra, plantas e o cultivo, assim como o contacto com as técnicas agrícolas e o conhecimento das espécies vegetais e seus potenciais para a nutrição.



Figura 5. Horta pedagógica - Escola Beiral – Lisboa, 2012. Fotografias: TMS.

8. Hortas Urbanas em Lisboa

Em Lisboa a agricultura urbana é praticada de forma legal em áreas privadas, porém também de forma ilegal, pela apropriação irregular de terrenos expectantes, vazios e sem usos. As hortas urbanas são observadas em várias partes de Lisboa, mas cada uma apresenta diferentes especificidades e objetivos. Dentre os casos existentes, 4 são dados como exemplos. No Alto da Cova da Moura as hortas sociais e comunitárias auxiliam as famílias carentes a garantir a alimentação diária. Tais hortas estão localizadas no interior de quarteirões, em quintais particulares e em espaços não edificados nos limites do bairro. Além de melhorar a situação económica local, as hortas melhoram a imagem do bairro e a qualidade de vida de seus habitantes. (Carvalinho Batalha, 2010) Na Quinta da Granja encontram-se hortas de recreio, onde o que é produzido é para o consumo próprio. Os vegetais são cultivados por hortelões que já se encontram reformados, mas que já vinham trabalhando nas hortas a bastante tempo antes da reforma. Em Telheiras, as hortas também são potencialmente para fins recreativos, mas diferente dos reformados da Quinta da Granja, os hortelões de Telheiras fazem parte de uma população qualificada e economicamente ativa. (Matos, 2010). Já na zona de Chelas observam-se hortas que têm como principal objetivo completar o rendimento familiar. Os hortelões, que na maioria têm entre 30 e 70 anos são maioritariamente desempregados e vendem parte da produção. Porém, a rega é feita com água imprópria o que pode significar a produção de alimentos contaminados. (Matos, 2010). Há diferentes tipologias de hortas em Lisboa, mas destaca-se que, em todas elas, os utilizadores

são os responsáveis pela sua criação e manutenção. Contudo, recentemente essa situação começou a mudar, pois em Lisboa como em muitas outras cidades, as hortas passaram a fazer parte das políticas públicas. Uma atividade que era feita sobretudo de maneira espontânea por necessidade económica, mas também por lazer, em espaços vazios expectantes da cidade e em espaços entre a infraestrutura viária, passou a ser uma atividade organizada e regulada pela Câmara Municipal de Lisboa - CML.

Em 2009 a CML deu início a um projeto para criar infraestrutura e reordenar 40 hectares de hortas, de entre eles o parque hortícola de Chelas, as hortas na Quinta da Granja e no Jardim da Graça, projetos de dois terrenos de hortas e flores em Telheiras e os parques hortícolas no Vale do Rio Seco, na Ajuda e na Ameixoeira (Diário de Notícias, 22 de Agosto 2010). Juntamente com o projeto, uma comissão para legalizar as hortas urbanas foi responsável por desenvolver o Regulamento para a Instalação e Funcionamento de Áreas de Agricultura Urbana (Sousa Matos, 2010: 210).

Após a remodelação dos terrenos, a CML tem vindo a abrir concursos para atribuição de espaços aos interessados. O regulamento, de uma maneira geral, objetiva contribuir para a sustentabilidade ambiental, saúde pública, valorização paisagística e valorização cultural dos sistemas de produção artesanais, assim como demonstrar as vantagens nutricionais do consumo de alimentos frescos e económicas da agricultura ecológica. Porém, define 4 tipos de hortas para Lisboa, hortas sociais ou comunitárias, hortas de recreio, hortas dispersas e hortas pedagógicas, onde cada uma delas têm objetivos específicos. Para cada tipo de hortas o documento também define as áreas de implementação, como deve ser feita a utilização, que tipo de cidadãos poderá cultivar e o destino dos produtos cultivados.

Hortas	finalidade	população alvo	área de implementação	produtos cultivados
hortas sociais e comunitárias	.terapia ocupacional .interação social	.pop. desfavorecida .faixas etárias inativas	.espaços verdes e parques urbanos (PDM - áreas de hortas)	.consumo próprio .comercialização
hortas de recreio	.contacto com natureza .lazer	.pop. inativa (faixa etária ou incapacidades físicas/ mentais)	.terrenos municipais com aptidão agrícola	.consumo próprio
hortas pedagógicas	. educação ambiental	.pop e entidades c/ interesse na ligação homem - terra		
hortas dispersas	.legitimar ocupação até acordo de ocupação temporária. .valorização ambiental, ecológica e paisagística	.população desfavorecida	.terreno expectante público	.consumo próprio .comercialização

Figura 6. Tipos de hortas. Fonte: Regulamento para a Instalação e Funcionamento de Áreas de Agricultura Urbana (Sousa Matos, 2010: anexo II).

A revisão do PDM em 2011 reforça as políticas públicas a favor das hortas urbanas, quando refere que a agricultura urbana deve ser incentivada nos espaços verdes da cidade, com o objetivo de

aumentar a produção local de alimentos e consequentemente a auto-suficiência e a resiliência da cidade, e a coesão das comunidades urbanas (Revisão do PDM, 2011: Artigo 50).



Figura 6. Hortas urbanas, Campolide – Lisboa, 2012. Foto: TMS.

Em 2011 também são abertos os primeiros concursos para atribuição de talhões nos parques hortícolas da Quinta da Granja e nos Jardins de Campolide (CML, 2011a). Na Quinta da Granja foram atribuídos talhões para hortas sociais a 20 selecionados dentre 326 candidatos (CML, 2011b), e outros foram garantidos para pessoas que já praticavam atividade agrícola na área. Os hortelões terão que contribuir com uma taxa anual de 55 euros e mais o pagamento a CML pelos custos de manutenção do parque, e contarão com acesso à água e local para guardar ferramentas (CML, 2011a). Já para os talhões dos Jardins do Campolide, foram selecionados 21 dentre 169 candidatos, para o cultivo de hortas de recreio, os hortelões deverão pagar taxas entre 55 e 100 euros assim como os custos de manutenção (CML, 2011a). Visto que o número de candidatos foi muito maior que o número de talhões disponíveis, a proximidade entre residência e o parque hortícola e a ordem de inscrição foram fatores determinante para a seleção (CML, 2011b). Observa-se que, para uma melhor inclusão social, outros fatores poderiam ser levados em consideração para atribuição dos talhões, como por exemplo, rendimento e agregado familiar. Estes fatores poderiam privilegiar as famílias com menores rendimentos e com dificuldades de acesso a uma boa alimentação e também a famílias com maior agregado familiar. A CML, com o intuito de disponibilizar meios de educação ambiental, tem vindo a organizar junto com a Escola de Jardinagem (CML, 2011c) e nos Jardins de Campolide (CML, 2012) cursos para promover a agricultura urbana, cujos temas vão desde a organização da horta até técnicas de agricultura orgânica. Nota-se que as ofertas de informação sobre o cultivo e técnicas agrícolas sustentáveis podem diminuir os riscos de alimentos contaminados assim como o desgaste ou a poluição do meio ambiente.

9. Conclusão

Como pudemos constatar a existência de hortas na cidade de Lisboa está presente em toda a sua história. Desde 2009 que podemos observar uma actuação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de criar novos parques hortícolas, ou conjuntos de hortas urbanas integradas em áreas delimitadas. São exemplos disso, o parque hortícola de Chelas, as hortas na Quinta da Granja, no Jardim da Graça e em Campolide, assim como, os projetos de dois terrenos de hortas e flores em Telheiras, os parques hortícolas no Vale do Rio Seco, na Ajuda e na Ameixoeira. Tais iniciativas da CML vêm dar respostas a situações de cultivo já existentes, mas em condições precárias e desordenadas existente em zonas periféricas e de difícil acesso. A necessidade de regularização da agricultura urbana e o seu incentivo estão na origem de um conjunto de infraestruturas de apoio aos cidadãos, tanto em Lisboa, como em muitas outras cidades. Assim, esta atividade que é feita sobretudo de maneira espontânea por necessidades económicas, mas também por lazer, em espaços vazios expectantes da cidade ou em espaços entre as infraestruturas viárias, tem vindo a ser organizada e regulada pela CML, embora ainda se reconheça que muitas permanecem em condições precárias. Como conclusão, podemos adiantar que se reconhecem como benefícios da atividade agrícola em meio urbano, o fornecimento de alimentos e rendimentos financeiros para os cidadãos, assim como benefícios sociais, ambientais, económicos e emocionais, daí o interesse da sua regulamentação e formalização. Reconhecemos também que ainda é cedo para julgar a eficiências das políticas públicas de reordenamento e promoção das hortas urbanas em Lisboa. As políticas que têm vindo a ser aplicadas são do tipo *top-down*, embora a necessidade e a viabilidade das hortas em território urbano são realidades apontadas pela própria população.

10. Bibliografia

- Cavalinho Batalha, Ana Elizabete. *Arte na Minha Rua: Estratégia de Reabilitação Urbana para o Bairro da Cova da Moura* (Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Territorial). Lisboa, Faculdade de Arquitectura/ Universidade Técnica de Lisboa, 2010
- CML (2011a) Artigo 50º: Espaços verdes de recreio e produção, In *Regulamento:Revisão do PDM*: Julho de 2011: Versão Final, 55-56, consultado em 09.06.2012, disponível em [http://pdm.cm-lisboa.pt/downloads/elementos_constituintes/01_regulamento/01_Regulamento com Anexos .pdf](http://pdm.cm-lisboa.pt/downloads/elementos_constituintes/01_regulamento/01_Regulamento_com_Anexos.pdf)
- CML (2011b), *Concursos abertos para atribuição de talhões hortícolas na Quinta da Granja e Jardins de Campolide*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58523>
- CML, (2011c), *Classificações - Candidaturas ao Parque Hortícola da Quinta da Granja*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58691>

- CML, (2011d), *Curso de hortas urbanas*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://atendimentovirtual.cm-lisboa.pt/Paginas/novidades.aspx>
- CML (2012), *Câmara de Lisboa oferece ações de formação em horticultura*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=88&idi=59108>
- Cook, Hadrian F.; Lee, Howard; Perez-Vasques, Arturo (2005). Allotments, Plots and Crops in Britain. In Viljoen, *CPULs, Continuous productive Urban Landscape – Design Urban Agriculture for Sustainable Cities*. Oxford: Architectural Press. Elsevier.
- Diário de Notícia (2010), *Reordenamento dos 40 hectares das hortas de Lisboa custa três milhões de euros*, consultado em 09.06.2012, disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1646070&seccao=Sul&page=2
- Gonzalez Novo, Mario; Catherine Murphy (2000). Urban agriculture in the city of Havana: a popular response to crisis. In: Bakker et al. *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*. Feldafing: German Foudation for International Development, 2000.
- Lobato Simões, Inês. *A Construção da Cidade Pós-Quito: Um Projecto Urbano para Sete Rios, Lisboa: Mobilidade, Intensidade e Verde* (Dissertação de Mestrado em Arquitectura). Lisboa: Faculdade de Arquitectura/ Universidade Técnica de Lisboa, 2011
- Matos, Rute Sousa. *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano: Reflexões* (Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem). Évora: Universidade de Évora, 2010
- Mougeot, Luc (2000), Urban Agriculture: Defiition, Presence, Potentials and Risks. In Bakker et al., *Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Police Agenda*. Feldafing: German Foudation for International Development, 2000.
- Mougeot, Luc (2005). *AGROPOLIS, the Social, Political and Environmental of Urban Agriculture*. London: AA Publications.
- Oliveira, Sandrina (2008). *Avaliação de Poluentes em Produtos Vegetais Cultivados Próximos das Vias de Tráfego* (Dissertação de Mestrado em Engenharia Química). Lisboa: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.
- Pinto, Rute Sofia (2007). *Hortas Urbanas: Espaços para o Desenvolvimento Sustentável de Braga* (Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbanístico). Escola de Engenharia/ Universidade do Minho.
- Ribeiro Telles, Gonçalo (1996). *Um Novo Conceito de Cidade: a Paisagem Global*. Matosinhos: Editora Contemporânea, Conferências de Matosinhos – Câmara Municipal de Matosinhos.
- Saraiva, António Paula (2005), *Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território*. Mirandela: João Azevedo Editor.
- Sierra, Pablo Arias (2003). *Periferias e Nueva Ciudad – El Problema del Paisage en los procesos de Dispersión Urbana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Departamento de Urbanística y Ordenación del

Território.

Smit, Jac (2001) Agricultura Urbana e Biodiversidade. In *Revista Agricultura Urbana*, nº 1, Abril 2001.

Disponível em www.ruaf.org.

Van Veenhuizen, René (2006). *Cities Farming for the Future. Urban Agriculture for Green and Productive Cities*. Filipinas: International Institute of Rural Reconstruction and ECT Urban Agriculture.

Viljoen, Andre; Bohn, Katrin; Howe, Joe (2005). *CPULs, Continuous Productive Urban Landscape - Design Urban Agriculture for Sustainable Cities*. Oxford: Architecture Press. Elsevier.

Xavier, Sandra - Usos da ruralidade na arquitectura paisagista. In *Etnográfica*. maio de 2007, 11 (1): 165-18.

Zeeuw, Henk de; Gründel, Sabine; Waibel, Hermann (2000). The Integration of agriculture in Urban Policies.

In Bakker et al., *Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda*. Feldafing: German Foundation for International Development.

Zukin, Sharon (2010). The Billboard and the Garden: A Struggle for Roots. In Zukin, *Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places*. New York: Oxford University Press.